

política

Pré-candidatos prometem não aumentar impostos

Cinco pretendentes ao Piratini responderam que não elevarão tributos



Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Cinco pré-candidatos ao governo do Rio Grande do Sul participaram, nesta quinta-feira, de um debate promovido pela Fecomércio-RS. Após a apresentação dos participantes, a discussão iniciou com perguntas realizadas pela instituição anfitriã do evento. A primeira delas, todos os pretendentes ao Palácio Piratini responderam categoricamente: não elevarão impostos, caso eleitos.

O primeiro a responder foi o

atual prefeito de Guaíba, Marcelo Maranhata (PSDB). Citando sua atuação anterior no setor varejista, ele defendeu a necessidade de reduzir a tributação e mencionou sua atuação no Executivo guaibense como exemplo do que pretende fazer para diminuir os impostos.

Na sequência, foi a vez do Tenente-Coronel Luciano Zucco (PL), atual deputado federal. Ele considerou o aumento de impostos como um “crime” contra a sociedade. Além disso, afirmou que o governo estadual tentou ampliar a carga tributária, projeto que não se concretizou na Assembleia Legislativa, e que o governo federal, liderado pelo campo político do Partido dos Trabalhadores (PT) ampliou alíquotas.

Foi justamente Edgar Pretto (PT) o terceiro a opinar sobre o tema. Ele garantiu, categoricamente, que não pretende ampliar a carga tributária, o que já havia destacado em sua apresentação no início do debate.

Na sua fala, destacou que o próximo governador gaúcho precisará dar conta da transição para a reforma tributária e citou a necessidade de ampliar a arrecadação de impostos, mesmo sem elevar alíquotas, pelo combate à sonegação fiscal.

A penúltima a se pronunciar foi Juliana Brizola (PDT), que reafirmou seu compromisso com a linha trabalhista, citando seu avô, um dos fundadores do partido e ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Ela afirmou que o Estado deve estar alinhado ao desenvolvimento e que a carga tributária terá suas alíquotas gradualmente reduzidas caso concorra e seja eleita.

Quem finalizou o debate sobre o tema foi o pré-candidato à sucessão de Eduardo Leite (PSD), o vice-governador Gabriel Souza (MDB). Em seu discurso, ele destacou as medidas econômicas do Piratini nos últimos anos, incluindo a proibição de saques do Caixa Único e a solução da dívida neste mesmo fundo.

O atual número dois do Palácio Piratini também afirmou que a atual gestão foi responsável pela alíquota de ICMS Básico mais baixa do País devido ao equilíbrio das contas públicas.



Fecomércio recebeu Edgar, Gabriel, Maranhata, Juliana e Zucco em debate

Fecomércio-RS aponta pautas prioritárias para o setor

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) realizou nesta quinta-feira um debate entre os pré-candidatos ao governo gaúcho. Na ocasião, também elencou as pautas vistas pela entidade como prioritárias para as eleições de 2026, especialmente na corrida ao Piratini.

“Temos que ter equilíbrio nas contas públicas, vem uma reforma tributária que não se sabe bem como ficará a receita do Estado, eu acredito que vai aumentar, mas quem está do outro lado talvez não saiba bem como fica isso. E temos que cuidar da infraestrutura, da educação das pessoas, da saúde, enfim, de tudo aquilo que a população tanto espera”, resumiu o pre-

sidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, na abertura do evento.

Em um material distribuído ao público que acompanhava o debate enquanto almoçava, intitulado “Construindo uma agenda para o Rio Grande do Sul”, os temas foram esmiuçados. Entre eles, destacam-se o combate à informalidade, a extinção do piso regional, a revisão de taxas de licenciamento ambiental e a participação ativa do próximo governador na articulação de pautas estratégicas junto ao Congresso.

No âmbito da tributação, a entidade tem defendido a simplificação, a segurança jurídica e a competitividade. Assim, solicita a garantia da não elevação das alíquotas do ICMS e o estabelecimento de um



Luiz Carlos Bohn elencou temas relevantes para o segmento

teto para os tributos estaduais. Também defendem uma redução da burocracia e a ampliação da competitividade, especialmente em relação ao estado vizinho, Santa Catarina.



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

EDGAR LISBOA/ESPECIAL/JC



Instituto Consenso e futuro da saúde

A inauguração da sede do Instituto Consenso - Convergência em Saúde (foto) realizada nesta quarta-feira, no Lago Sul, em Brasília, marcou a entrada de um novo e relevante ator no debate sobre o futuro da saúde no Brasil. O evento reuniu representantes do governo federal, do Judiciário, do Ministério Público, parlamentares e lideranças da iniciativa privada, consolidando a proposta de integração entre diferentes setores em um momento de forte pressão sobre a saúde suplementar.

Reposicionamento do setor

Recém-criado, o Instituto Consenso surge como uma iniciativa estratégica ao reunir entidades da saúde suplementar, com o objetivo de organizar propostas, produzir conteúdo técnico e influenciar decisões públicas. Mais do que um centro de estudos, a entidade nasce com vocação institucional e política, reposicionando o setor no centro das discussões em Brasília, especialmente diante do avanço da judicialização, das pressões regulatórias e dos desafios de financiamento.

Articulação com o Congresso

Um dos principais pilares do Instituto é a conexão direta com o Congresso Nacional, por meio da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde, presidida pelo deputado federal gaúcho e médico Pedro Westphalen (PP, ao microfone na foto). A integração amplia a capacidade de articulação política e técnica em torno de propostas para o setor.

União entre os segmentos

Pedro Westphalen destacou a importância da união entre os diversos segmentos. “O setor privado faz parte do SUS, atende 53 milhões de usuários e representa praticamente dois terços do custo da saúde no Brasil”, afirmou. Segundo ele, “o Parlamento mantém um espaço permanente de diálogo semanal com representantes do setor, evidenciando a força da organização”.

Ponte entre mercado e Estado

O Instituto Consenso nasce com a missão de estruturar o diálogo entre o setor privado, o poder público e os órgãos reguladores, funcionando como uma plataforma de convergência em um ambiente de interesses diversos. A proposta é qualificar o debate e oferecer subsídios técnicos para decisões que impactam milhões de brasileiros, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade